

Sublegenda poderá ser mantida, admite Sarney

Ao sair ontem de audiência com o presidente João Figueiredo, o senador José Sarney reconheceu que a manutenção da sublegenda é uma das hipóteses dentro do processo de reforma partidária. Segundo o presidente nacional da Arena, nas viagens que vem fazendo pelo país, ouviu de várias lideranças políticas a opinião de que, mesmo com o pluripartidarismo, "a sublegenda ainda é um instrumento válido".

Assim como Sarney, estiveram ontem com o presidente Figueiredo os líderes da Arena no Congresso, senador Jarbas Passarinho e deputado Nelson Marchezan. Os três garantem que o presidente não tem ainda posição firmada quanto à extinção dos atuais partidos. O presidente da Arena viajará agora para São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, devendo concluir seu ciclo de visitas consultivas às bases do partido no final do mês.

FIM DO ANO

Sarney informou que até o final do ano a reforma partidária estará totalmente definida. Adiantou que mesmo com a extinção da Arena e MDB, não haverá dissolução das forças aglutinadas em torno do governo.

Segundo ele, suas viagens pelo

país já são suficientes para definir um quadro preliminar em relação à reforma partidária. "Primeiro, é que todos entendem que o país necessita de outra realidade partidária e daí porque todos acham que a reforma partidária realmente é necessária como uma segunda etapa no caminho da democracia; em segundo, todos concordam que não podemos jamais dissolver as forças políticas que estão aglutinadas em torno do nosso partido", explicou.

Na conversa com o presidente, Sarney tratou também do projeto de anistia. "Eu acredito que a filosofia do projeto é intocável, uma vez que o próprio presidente já definiu que essa é a anistia. Mas por outro lado, não existe projeto perfeito e evidentemente é possível, como todo projeto, de ser melhorado e nós examinaremos as sugestões para melhorar o projeto", disse Sarney.

Outra opinião manifestada pelo presidente nacional da Arena, foi a de que a reforma partidária não implica em reforma ministerial. "Acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra, uma vez que, no sistema presidencial, os ministros continuam assessores do presidente. Quem decide é o presidente. Ele escolhe os ministros que julgar de sua confiança e apenas isso", opinou.